



**XXIII SNPTEE  
SEMÍNÁRIO NACIONAL  
DE PRODUÇÃO E  
TRANSMISSÃO DE  
ENERGIA ELÉTRICA**

FI/GIA/20  
18 a 21 de Outubro de 2015  
Foz do Iguaçu - PR

**GRUPO – XI**

**GRUPO DE ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS - GIA**

**LT 230KV JOINVILLE NORTE – CURITIBA C2 – IDENTIFICAÇÃO E DIAGNOSTICO DA TERRA INDÍGENA E  
IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS**

**Isabela Antunes Mendes Monteiro (\*)  
Cymimasa**

**RESUMO**

A Interligação Elétrica Sul S.A. (IESUL) obteve o contrato de concessão da LT 230 KV Joinville Norte – Curitiba, a partir do Leilão ANEEL no 004/2008, e dentro do âmbito do licenciamento ambiental dessa LT junto ao IBAMA, e em observância ao ordenamento jurídico brasileiro no que toca especificamente aos direitos indígenas e ao meio ambiente, a Fundação Nacional do Índio, emitiu o Termo de Referência, para a realização dos Estudos do Componente Indígena e do Plano Básico Ambiental Indígena - PBAI.

O PBAI foi detalhado e implementado junto as TI Yakã Porã, fortalecendo as ações já praticadas pelas comunidades e concretizando ações que visam mitigar, controlar e compensar os impactos ambientais advindos da implantação da LT.

**PALAVRAS-CHAVE**

Linha de Transmissão, Terra Indígena, Programas Ambientais, Medidas de Controle, Mitigação e Compensação.

**1.0 - INTRODUÇÃO**

A LT 230KV Joinville Norte – Curitiba C2 faz parte de um conjunto de obras básicas previstas no Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico 2019, da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e integra o conjunto de investimentos e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), nos Estados de Santa Catarina e Paraná (BRASIL, 2010:2). A partir do Leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Leilão no 004/2008 ANEEL, de 27/06/2008), a Interligação Elétrica Sul S.A. (IESUL) obteve o contrato de concessão da LT em questão, tornando-se o responsável técnico, operacional, jurídico e socioambiental do empreendimento, estando adstrito às normas, leis, regulamentos e padrões técnicos emanados da União.

No âmbito do licenciamento ambiental dessa LT, no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em observância ao ordenamento jurídico brasileiro no que toca especificamente aos direitos indígenas e ao meio ambiente, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – DPDS/CGGAM/COLIC emitiu o Termo de Referência (TR), para a realização do Estudo do Componente Indígena e do Projeto Básico Ambiental Indígena, aqui chamado de PBA-I.

A região que abrange o litoral norte catarinense é um espaço geográfico de múltiplos projetos de crescimento econômico, alguns também constantes do PAC. A Linha de Transmissão (LT) 230kV Joinville Norte – Curitiba C2 passa a cerca de 300m ao norte da Aldeia da TI Guarani Yakã Porã, situada na localidade de Urubuquara (coordenadas UTM 7.116.000N / 715.400E), dentro dos limites administrativos do município de Garuva, Estado de

(\*) Rua Presidente Wilson, nº 231 – sala 1701 – CEP 20030-021 - Centro – Rio de Janeiro - RJ – Brasil  
Tel: (+55 21) 2101-9919 – Fax: (+55 21) 2101-9999 – Email: iantunesm@cymimasa.com

Santa Catarina. A população de Garuva, com uma área total de 501,390km<sup>2</sup>, é de aproximadamente 14.281 habitantes (IBGE, 2010), com predominância de grupos de descendência alemã, italiana, portuguesa e francesa. Já a TI Yakã Porã, habitada pelo subgrupo Guarani Mbyá, possui uma população de 47 pessoas, distribuídas em sete Oo (habitações Guarani).

Para atender ao TR da FUNAI, a IESUL contratou a BIODINÂMICA Engenharia e Meio Ambiente Ltda., que foi a empresa consultora responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da LT em tela. Para a elaboração do Estudo do Componente Indígena, formou-se equipe multidisciplinar, que realizou a análise dos potenciais impactos socioambientais oriundos da projetada LT e propôs as respectivas medidas mitigadoras e compensatórias.

## 2.0 - DESENVOLVIMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL INDÍGENA (PBA-I)

O Estudo do Componente Indígena foi protocolado na FUNAI – BSB, bem como outras vias foram enviadas para a TI Yakã Porã, para a FUNAI regional (CTL Joinville) e para a Comissão Catarinense Guarani Nhemonguetá. O Estudo foi apresentado aos índios da Aldeia Yakã Porã e foi aprovado por eles e pela FUNAI, que emitiu o Ofício N° 691/2011/DPDS–FUNAI–MJ, comunicando ao IBAMA a ausência de óbices no que se referia à emissão da Licença Prévia (LP) do empreendimento, na qual deveria constar, como Condicionante específica relacionada ao componente indígena, “o atendimento de todas as solicitações exaradas pela Funai no presente ofício”.

Em relação aos impactos identificados, o traçado da LT em questão atravessa cerca de 7,5km nas proximidades de Yakã Porã, passando por áreas de uso antigo, de interesse para ocupação futura, devido à riqueza de recursos naturais e à terra fértil para agricultura, e áreas de coleta de recursos diversos, utilizados atualmente para construção, remédios, caça e artesanato. A LT passa em área de mata onde se encontra grande concentração de taquara, matéria-prima essencial para a reprodução econômica, social e cultural do grupo. Essa taquara constitui não só a principal matéria-prima do artesanato localmente produzido, como também a base de sua economia e de boa parte de sua cultura material. Por outro lado, como as demais espécies de árvores dessa faixa de mata, ela também serve à construção e manutenção de suas habitações, constituídas de madeira, taquara, barro e palhas.

No tocante à supressão de taquara e demais espécies de árvores, a IESUL adotou a prática de altear as torres nas proximidades da TI Yakã Porã, de modo a minimizar os impactos sobre a vegetação e sobre o modo de vida dos indígenas. Esse compromisso foi firmado pela IESUL junto a FUNAI.

Além disso, a maior oferta de energia elétrica poderá impulsionar o desenvolvimento econômico do município de Garuva, baseado no comércio, indústrias, artesanato e serviços, favorecido ainda por sua proximidade com grandes centros consumidores, principalmente as cidades de Joinville e Curitiba. Esses impactos já ocorrem devido aos outros empreendimentos que estão em curso na região, e são constatados pela comunidade, por exemplo, a situação do rio que banha a Aldeia, que dispunha de peixes na época de sua formação, tendo estes desaparecidos por causa do aumento da poluição na região. Devido ao conjunto desses fatores e da atual situação de crescimento econômico da região, o grupo indígena se vê na iminência de uma pressão territorial, e de ser importunado por uma crescente população não indígena ao redor de sua área, aumentando as chances de que ocorram conflitos interétnicos de diversas naturezas.

Assim, a primeira vulnerabilidade em relação à LT estaria, para o grupo, relacionada à pressão fundiária sobre suas terras, que já ocorre, principalmente após a implantação da BR-101, provocando tensões sociais e legais entre os Guarani e os grupos interessados em seu território.

No caso da TI Yakã Porã, que ainda não passou por um processo de regularização fundiária, ficam ainda mais suscetíveis às investidas da especulação imobiliária. Já foi constatado – independentemente da implantação da LT – que, nas redondezas da TI, vem ocorrendo a construção de novas moradias.

Outra vulnerabilidade verificada são as possíveis restrições de acesso aos importantes recursos naturais que venham, porventura, sofrer interferências antrópicas com a LT ou mesmo com o aumento populacional, provocando significativas alterações na forma de organização do grupo, seja do ponto de vista econômico (com a diminuição ou suspensão temporária da matéria-prima destinada ao artesanato), seja no que diz respeito a segurança alimentar e da saúde (com a restrição do acesso às plantas utilizadas para fins medicinais).

O conjunto desses problemas (adensamento populacional, pressão territorial, exploração de recursos), como mencionado, afetaria diretamente a reprodução física do grupo, tendo em vista que articularia diminuição da terra utilizada, dos recursos obtidos nela, bem como aumento dos conflitos por tais recursos. Por outro lado, resultaria na alteração da própria expressão cultural do grupo, que só se sustenta física e economicamente a partir desses recursos, cujas formas de apropriação e utilização são distintas em relação às da sociedade nacional (da divisão entre natureza e a cultura). Sendo assim, o Estudo do Componente Indígena apontou como impactos relacionados à implantação da LT:

- Redução da Área de Coleta de Recursos Florestais e de Agricultura Tradicional;
- Demolição de Estrutura da Futura Escola Indígena e Posto de Saúde;
- Alteração no Cotidiano da Comunidade;
- Aumento da Pressão Fundiária;
- Início ou Aceleração de Processos Erosivos e
- Alteração na Rede de Drenagem.

Considerando as intrínsecas características culturais dos Guarani Mybá, propuseram-se as medidas mitigadoras e compensatórias e os programas do PBA-I. Estes foram elaborados de forma relacionada com os impactos que serão provocados pela implantação da LT e considerando-se as demandas do grupo. Os programas apresentados são resultado do trabalho de campo e das reuniões com a comunidade indígena, onde se discutiu a adequação das ações coordenadas que pudessem trazer melhoria das condições de habitação, saúde, educação, atividades produtivas e fortalecimento etnoambiental para Yakã Porã. Ressalta-se que, na sua concepção, os programas privilegiam a relação direta e participativa da comunidade indígena, objetivando sua autogestão após a implantação do empreendimento.

Destaca-se que o PBA da LT 230kV Joinville Norte – Curitiba C2 foi executado paralelamente ao PBA-I, e algumas ações tiveram interface, a exemplo das campanhas de Comunicação Social. Todos os processos construtivos e todas as ações que forem ocorrer nas proximidades da TI Yakã Porã deverão receber cuidados especiais em relação à comunidade indígena, além de serem previamente divulgados aos indígenas, através dos interlocutores específicos entre a IESUL e os Guarani de TI Yakã Porã.

Ainda em relação aos impactos, cabe informar que, no estudo de microlocalização do traçado da LT, realizado recentemente, foi feito um esforço para que a diretriz se afastasse o máximo possível das áreas utilizadas pelos indígenas, identificadas através do Estudo do Componente Indígena. Assim, no traçado executivo final, a LT 230Kv Joinville Norte – Curitiba C2 se distanciou um pouco da área principal de cultivo de taquara e não passará mais sobre a estrutura da futura escola e posto de saúde como anteriormente, quando foi realizado o Estudo.

Essa alteração implica alguns ajustes na concepção original do PBA-I, conforme apresentado aos índios e à FUNAI, mais especificamente no Programa de Infraestrutura, não havendo mais a necessidade da construção de nova escola/posto de saúde na comunidade. Em contrapartida, a IESUL se comprometeu a construir seis casas na Aldeia — atendendo a solicitação dos índios de Yakã Porã —, embora não tenha sido considerada uma medida compensatória relacionada diretamente a algum impacto do empreendimento.

Entende-se que todas as ações propostas neste PBA-I estão em consonância com a comunidade de Yakã Porã, a FUNAI e a IESUL, tendo sido previamente discutidas entre as partes.

A partir da constatação dos impactos identificados nos estudos e das discussões com os indígenas de Yakã Porã, o Plano Básico Ambiental Indígena (PBA-I) ora apresentado contempla 7 (sete) Programas, a saber:

- (1) Programa de Gerenciamento Executivo
- (2) Programa de Comunicação Social Indígena
- (3) Programa de Educação Ambiental Indígena
- (4) Programa de Fomento à Atividade Produtiva e à Valorização Cultural
- (5) Programa de Fortalecimento da Organização Indígena
- (6) Programa de Apoio à Regularização Fundiária
- (7) Programa de Infraestrutura

Em conjunto, esses Programas visam estabelecer um diálogo entre o empreendedor, os trabalhadores das obras de implantação da LT e os indígenas; garantir a segurança da comunidade nas fases de instalação e operação da LT; além de fomentar e criar melhores condições nas esferas social, econômica, política e cultural dos índios Guarani de Yakã Porã, com o objetivo de assegurar o cumprimento de seus direitos constitucionais e sua reprodução física e cultural no novo contexto projetado para a região.

## 3.0 - SITUAÇÃO ATUAL DA IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS AMBIENTAIS

QUADRO 1 – CHECKLIST DE CONCLUSÃO DO PBA-I				
PROGRAMAS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	STATUS
1. Programa de Gerenciamento Executivo (PGE)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planejamento e gerenciamento técnico e financeiro do PBA-I.</li> <li>Mobilização de técnicos e estabelecimento de parcerias.</li> <li>Compra de material e insumos e apoio logístico.</li> <li>Articulação com outros programas do PBA-I e do PBA da LT.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação Geral</li> <li>Coordenação Regional</li> </ul>	Do início ao fim do PBA-I (início em agosto 2012 e término em maio de 2014)	Executado
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação do Comitê Gestor e reuniões trimestrais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Representantes da TI Yakã Porã, da Comissão Nhemonguetá, da FUNAI, da IESUL e da BIODINÂMICA</li> </ul>	Formação: novembro de 2012 Reuniões: novembro 2012/março 2013/maio 2013/ junho 2013/ julho 2013 /fev. 2014	Executado
2. Programa de Comunicação Social Indígena (PCS-I)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de canal de comunicação, Ouvidoria e trocas de informações qualificadas entre a comunidade indígena, o empreendedor, os trabalhadores e a população de Garuva.</li> <li>Integração das informações dos demais programas do PBA-I e do PBA da LT.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação Regional</li> <li>Agente Indígena local</li> </ul>	Agosto de 2012 em diante	Executado
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de campanhas/Oficinas de Comunicação (foram previstas 4).</li> <li>Elaboração/divulgação de material gráfico bilíngue.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipe campanhas/Oficinas (2 profissionais de Comunicação/Educação)</li> <li>Designer gráfico e tradutor</li> </ul>	1ª Campanha de CS da LT – julho 2012 2ª Campanha – outubro 2012 3ª Campanha – novembro 2013 4ª Campanha de CS da LT (a ser realizada antes da energização)	Executado e a executar <sup>(1)</sup>
3. Programa de Educação Ambiental Indígena (PEA-I)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de campanhas, articuladas com o PCS-I.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação Regional</li> <li>Equipe campanhas/Oficinas (2 profissionais de Educação / Comunicação)</li> <li>Designer gráfico e tradutor</li> </ul>	Campanhas e Oficinas	Executado
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficina de Silvicultura Indígena – Manejo de Recursos Florestais.</li> <li>Implantação, de forma coletiva e participativa, de duas Unidades Produtivas (UPs).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenheiro florestal, agrônomo ou técnico agropecuário.</li> </ul>	UPs – construção atrelada às Oficinas de EA e de Produção Agroecológica	Executado

PROGRAMAS	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS	PRAZOS	STATUS
4. Programa de Fomento à Atividade Produtiva e Valorização Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>Oficina de Produção Artesanal.</li> <li>Aquisição de instrumentos para a confecção de artesanato.</li> <li>Oficina de Produção Agroecológica.</li> <li>Aquisição de instrumentos para a atividade agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação Regional</li> <li>Técnicos para Oficinas (2 profissionais)</li> </ul>	Oficina 1 – fevereiro 2013 Oficina 2 – novembro 2013 a janeiro 2014	Executado
5. Programa de Fortalecimento da Organização Indígena	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realização de Oficina sobre Formação da Associação Indígena e orientação nos trâmites burocráticos.</li> <li>Criação de uma Associação Indígena Yakã Porã.</li> <li>Realização de Oficina/palestra sobre Licenciamento Ambiental e Direitos Indígenas.</li> <li>Realização de Oficina para Elaboração de Projetos.</li> <li>Aquisição de equipamentos e mobiliário para a Casa de Cultura Multiuso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação Regional</li> <li>Técnicos para Oficinas (3 profissionais)</li> <li>Tradutor guarani</li> </ul>	Oficina 1 – março 2013 Criação da Associação – agosto a novembro 2013 Oficina 2 – julho 2013 Oficina 3 – janeiro 2014	Executado e a executar <sup>(2)</sup>
6. Programa de Apoio à Regularização Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Repasse de verba à FUNAI para compor um GT para o processo de identificação e delimitação da TI Yakã Porã.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IESUL / FUNAI (apoio das Coordenações Geral e Regional)</li> </ul>	Arelado a prazos da FUNAI	A executar <sup>(3)</sup>
7. Programa de Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de seis moradias indígenas.</li> <li>Construção de escola/posto de saúde.</li> <li>Reforma da Casa de Cultura Multiuso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>IESUL (apoio da FUNAI, Coordenações Geral e Regional)</li> </ul>	Ao longo da implementação do PBA-I	Em execução <sup>(4)</sup>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Construção de duas Unidades Produtivas (UPs).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Engenheiro florestal, agrônomo ou biólogo.</li> </ul>	UPs – novembro 2013	Executado

Notas: (1) A última campanha de Comunicação Social dependerá da data da energização da LT, para informar à população sobre esta nova fase e seus cuidados.

(2) Até o fechamento deste documento, as compras do computador e do mobiliário da Casa Multiuso não tinham sido realizadas, e IESUL informa que estão sendo providenciadas.

(3) A IESUL está em entendimento com a FUNAI para a assinatura do Termo de Compromisso, que trata da contratação de

técnicos para o GT de caracterização antropológica e ambiental da Terra Indígena Yakã Porã.

(4) A construção das casas, do posto de saúde e a reforma da Casa de Cultura Multiuso já foram concluídas e passam por ajustes finais, a escola está sendo construída.

#### 4.0 - CONCLUSÃO

A comunidade de Yakã Porã – através das ações mitigadoras e compensatórias relacionadas à LT 230kV Joinville Norte – Curitiba C2 – teve contato com diversas ferramentas, técnicos especializados e temas que buscaram proporcionar, além do fortalecimento etnoambiental do grupo, a melhoria das suas condições de vida, incluindo aspectos relacionados a habitação, saúde, educação e atividades produtivas.

Importante ressaltar que os programas e atividades do PBA-I Yakã Porã foram concebidos e desenvolvidos privilegiando-se a relação direta e participativa da comunidade indígena, objetivando sua autogestão após a conclusão do PBA-I e das obras da LT.

Nesse sentido, pode-se afirmar que as sementes foram plantadas, porém a garantia de que elas germinarão e gerarão frutos dependerá dos cuidados, das práticas e do aperfeiçoamento dos conteúdos obtidos ao longo da implantação do PBAI.

Na fala do cacique Tiago, este PBA-I foi um aprendizado para eles. Aprenderam a lidar com outros atores sociais (consultores, professores, gestores públicos, empreendedores, empreiteiros, pedreiros, entre outros), aprenderam a se posicionar e tomar decisões; aprenderam novas práticas e novas possibilidades de gerar renda. Tudo isso, por si só, já seria um resultado positivo do PBA-I. Mas talvez, o mais significativo seja a valorização da cultura Guarani e o reconhecimento que esta comunidade alcançou dentro – como o fortalecimento das lideranças – e fora de Yakã Porã. Neste caso, perante outros Guarani da região e perante os *jurua*, sobretudo os vizinhos da aldeia e a municipalidade de Garuva, através da Secretaria de Educação e professores da rede pública.

A seguir, apresenta-se uma retrospectiva dos trabalhos do Componente Indígena e do PBA-I em Yakã Porã, com destaque para as transformações do espaço coletivo a comunidade, que se tornou a Casa de Cultura Multiuso, local de reuniões, encontros, discussões, exposição e venda de artesanatos e a sede da Associação Guarani *YvyraPoty* (AGYP)



Fotos 1 e 2 – Casa de Cultura Multiuso – Reunião de início dos trabalhos do Componente Indígena – abril de 2011



Fotos 3 e 4 – Casa de Cultura Multiuso – Apresentação do Componente Indígena – julho de 2011 e Fotos 5 e 6 – Casa de Cultura Multiuso – Apresentação do PBA-I – fevereiro de 2012.



Fotos 7 e 8 – Casa de Cultura Multiuso – Campanha de Comunicação Social – setembro de 2012.



Fotos 9 e 10 – Casa de Cultura Multiuso sem teto após temporal – abril de 2013.



Fotos 11 a 12 – Casa de Cultura Multiuso – em reforma – junho de 2013 e Fotos 13 e 14 – Casa de Cultura Multiuso – Oficina de Educação Ambiental – novembro de 2013





Fotos 15 e 16 – Casa de Cultura Multiuso – Oficina de Elaboração de Projetos – janeiro 2014 e Reunião do Comitê Gestor do FBA-I – fevereiro de 2014

## 5.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATHIAS, R. 2005. "A luta dos povos indígenas - 500 anos - uma outra história". In: Projeto Olhar Crítico. Pp 12.
- ATHIAS, R. 2005. "A Saúde Indígena como subsistema do SUS. Lei 8.080, Cap. V". NEPP, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Artigo não publicado. Pg. 10.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2001. Sobre o diálogo intolerante. In: GRUPIONI, L.D., VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (organizadores). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/Unesco. Pp. 245-252.
- CLEARY, D. 2004. "Arpa Indígena: A peça que faltava". In: Ricardo, F. (organização). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, pp. 114 – 120.
- COIMBRA JUNIOR, C. E. A.; et all. 2006. "Saúde: Sistema em Transformação". In: Carlos Alberto Ricardo; Fany Ricardo. (Org.). Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006, v., p. 141-144.
- CUNHA, Fredyson Hilton F. Koborireboe: Uma experiência em dança com os índios Bororo da aldeia de Meruri em Mato Grosso. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008. Dissertação de Mestrado.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Os direitos do índio – Ensaio e documentos. São Paulo: Ed Brasiliense, 1987. 230 p.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONOMICOS (INESC). 2000. Políticas públicas para povos indígenas uma análise a partir do orçamento. INESC, outubro de 2000. (41 p.)
- Instituto Socioambiental (ISA). Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. São Paulo, 2009.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 2005. "Povos Indígenas no Brasil – 2001/2005". ISA.
- LIMA, Antonio Carlos De Souza. Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil. In: Tellus, nº 3, Campo Grande: outubro de 2002
- LOPES DA SILVA, A. 2001. "Educação para a Tolerância e Povos Indígenas no Brasil" In: GRUPIONI, L.D, VIDAL, L. & FISCHMANN, R. (orgs.). 2001. Povos indígenas e tolerância. São Paulo: Edusp/UNESCO. Pp. 99-132.
- LUI, Gabriel. Ocupação Humana e Transformação da Paisagem na Amazônia Brasileira. Piracicaba: USP, 2008. Dissertação de Mestrado.
- MARÉS, C. 2002. "As novas questões jurídicas nas relações dos Estados nacionais com os índios". In: BARROSOHOFFMANN, M. e Antônio C. de Souza Lima (organizadores). Além da Tutela: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa e LACED, pp. 49-63
- MARQUES, Gilberto de Souza. Estado e Desenvolvimento na Amazônia: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Tese de Doutorado.

MARTINI, Daniel Moretto. Na trilha dos Bororo: Um histórico das relações com os paulistas. Campinas: UNICAMP, 2008. I Encontro de Pesquisa de Graduação em História.

MAYBURY–LEWIS, David. In the path of Polonoeste: Endangered peoples of western Brazil. Cambridge: Cultural Survival, 1981

MELATTI, Julio Cezar. Índios do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MELLO, J. A. S. Nunes De. Impactos Ecológicos das Represas hidrelétricas na Bacia Amazônia Brasileira. Revista Estudos Avançados, 1990.

\_\_\_\_\_. 1996. “Postácio 1994 – Trinta Anos Depois”. In: “O Índio e o Mundo dos Brancos”. Campinas: Ed Unicamp, pp. 183-190.

\_\_\_\_\_. 1988. “O Índio na consciência nacional”. In: Sociologia do Brasil Indígena, Brasília/Rio de Janeiro: UnB/Tempo Brasileiro: 65-74 CARDOSO DE OLIVEIRA, R. “A Crise do Indigenismo”. Campinas: Ed UNICAMP.

MIRAGLIA, A. B. 2009. Relações Interétnicas e Histórico da Atenção à Saúde Indígena no Brasil. Paper produzido no âmbito do consórcio SSL-CEBRAP-IDS. Consultoria para Funasa, Brasília: 2009.

IESUL/BIODINÂMICA. **Linha de Transmissão 230kV Joinville Norte – Curitiba C2**: estudo do componente indígena da TI Yakã Porã. Processo FUNAI no 08620.00031010/2009. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Linha de Transmissão 230kV Joinville Norte – Curitiba C2**: Projeto Básico Ambiental – PBA. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Linha de Transmissão 230kV Joinville Norte – Curitiba C2**: Projeto Básico Ambiental Indígena (PBA-I): Terra Indígena Yakã Porã. Rio de Janeiro, 2011.

## 6.0 - DADOS BIOGRÁFICOS

### 6.1. Conteúdo dos dados

- Nome do Autor: Isabela Antunes Mendes Monteiro
- Local e ano de nascimento: Maricá – Rio de Janeiro, 1971
- Local e ano de graduação/pós-graduação: Graduação - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro/Brasil – Bacharel em Ciências Biológicas e Licenciatura Plena - 1993 e Pós-graduação – Pontifícia Universidade Católica Rio de Janeiro/Brasil – Análise e Avaliação Ambiental – 2000-2001.
- Cargo atual: Gerente de Meio Ambiente da Empresa Cymimasa Consultoria e Projetos de Construção Ltda, de 15 de fevereiro de 2012 até a presente data.
- Áreas de atuação:
  - Gestão Institucional junto aos diversos órgãos ambientais e órgãos intervenientes relacionados aos licenciamentos de empreendimentos do setor elétrico brasileiro, em todas as etapas do processo de licenciamento ambiental;
  - Auditora Líder Ambiental;
  - Gerencia a implementação do sistema de gestão ambiental (SGA) na empresa, como ações de controle de emissões de poluentes, resíduos e procedimentos de remediação.